

DIFICULDADES NA DEFINIÇÃO DE DEFICIÊNCIA MENTAL POR EDUCADORES. Amanda do Nascimento Morgado, Lucia Pereira Leite, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins, Luana Guerreiro Pereira. – Sub-área – Psicologia – Departamento de Psicologia – Faculdade de Ciências – Campus de Bauru.

Em termos psicométricos, a deficiência mental é classificada segundo níveis de gravidade baseados no conceito de quociente intelectual. Segundo o DSM IV, para a deficiência mental o QI é situado em valores abaixo de 70. Deste modo, os níveis de deficiência são: leve – QI de 50/55 a 70; moderado – QI de 35/40 a 50/55; severo – QI de 20/25 a 35/40; e, profundo – QI abaixo de 20/25. Tal modelo mostra-se essencialmente descritivo e padronizador, uma vez que não contribui para o planejamento e realização de possíveis intervenções junto às pessoas com deficiência.

Na nova versão do manual de definição e classificação da Associação Americana de Deficiência Mental (AAMD), bem como no DSM IV, a deficiência mental consiste em um funcionamento intelectual significativamente inferior à média, isto é, aproximadamente igual ou abaixo de 70 (QI), associado com prejuízos concomitantes no comportamento adaptativo em pelo menos duas das seguintes áreas: comunicação, cuidados pessoais, vida doméstica, habilidades sociais, uso de recursos comunitários, independência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança. Tal funcionamento manifesta-se durante o período do desenvolvimento (antes dos 18 anos).

Com essa caracterização busca-se compreender a deficiência segundo o enfoque funcional e adaptativo, pondo-se em destaque o funcionamento adaptativo geral, e não apenas o intelectual. A deficiência mental é constituída não por um único âmbito ou critério, mas por vários deles. Ela é, acima de tudo, uma construção social. Todos têm um conhecimento acumulado ao longo da história de vida sobre o que constitui a deficiência mental e, quais as dificuldades que interferem nos processos de desenvolvimento e aprendizagem. O discurso que as pessoas apresentam acerca da deficiência foi historicamente aprendido.

Na perspectiva educacional inclusiva, entende-se que a diversidade faz parte da natureza humana e, portanto, seu trabalho pedagógico deve, necessariamente, ser diverso e adequado, a fim de garantir a aprendizagem de todos os alunos, por maiores que sejam suas diferenças. Nesta perspectiva, transcende-se a noção de inteligência como um conjunto supostamente fixo de aptidões. Ao contrário, ressalta-se o desenvolvimento dinâmico das capacidades e o impulso que a educação pode e deve proporcionar a esse desenvolvimento.

As Políticas Educacionais vêm determinando que a escola mobilize-se a fim de garantir o acesso e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE's) no ensino regular, construindo espaços baseados no princípio da heterogeneidade, em que as diferenças individuais sejam adequadamente reconhecidas e consideradas. Deste modo, a Secretaria Municipal de Educação de uma cidade do Interior Paulista fez uma parceria com docentes da Unesp, visando ter suporte técnico-científico na viabilização de um sistema Educacional Inclusivo.

Dentro deste programa, uma das propostas foi a formação de um serviço de apoio pedagógico especializado - o SAPE - para atender alunos com NEE's e dar suporte aos professores da sala regular. A equipe do SAPE, composta principalmente por ex-professores de escolas especiais, participa semanalmente de um programa de formação continuada, ministrada por uma docente da Unesp/Bauru e uma docente da Unesp/Marília, refletindo principalmente sobre assuntos relacionados às necessidades educacionais especiais e aos princípios inclusivos.

Antes de inserir o tema de deficiência mental na formação continuada, optou-se pela construção de um instrumento, composto por 5 questões abertas, a fim de captar concepções que educadores, membros do serviço especializado, tinham acerca de tal deficiência, uma vez que o número de encaminhamentos de suspeitas de deficiência mental ao serviço é alto. O instrumento foi entregue a 10 docentes, com idade entre 27 e 38 anos, sendo 9 do sexo feminino e 1 do sexo masculino, e por eles respondido instantaneamente. Os dados fornecidos pela aplicação do questionário foram analisados de forma qualitativa e, agrupados em categorias por semelhanças de acordo com cada uma das cinco questões.

Analisando as categorias encontradas mediante as respostas às cinco questões apresentadas, temos que os educadores apresentaram concepções acerca da deficiência permeadas por: 1) Atribuições da deficiência por fatores exclusivamente biológicos e neurológicos, isto é, fatores

influentes nos períodos pré, peri e neonatal, além de fatores genéticos, sem levar em consideração a influência de fatores sociais; 2) Uma concepção individualista, onde a deficiência é percebida como déficit atribuído ao indivíduo, ou seja, centrada nas limitações e incapacidades do mesmo; 3) Dificuldade em diferenciar deficiência mental de dificuldade de aprendizagem, uma vez que os educadores centraram-se muito no âmbito intelectual do sujeito; 4) Predomínio de respostas atentando para o funcionamento intelectual baixo do deficiente mental - um dos critérios de diagnóstico no DSM IV, mas não o único; 5) Ausência de menção sobre o segundo critério diagnóstico para a deficiência mental - prejuízos em pelo menos duas áreas de habilidades; 6) Descrição da deficiência por meio de comportamentos, falas, gestos inadequados - o que podem ser características não estritamente da deficiência mental e sim de outras síndromes.

Esses resultados sugerem que tais concepções acerca da deficiência mental podem ser um dos indicadores que explicam o alto número de encaminhamentos de alunos com dificuldades de aprendizagem e comportamentos inadequados aos serviços especiais que atendem a população com deficiência mental, uma vez que os participantes atentam para os prejuízos intelectuais dos alunos e mostram desconhecimento acerca dos demais critérios diagnósticos para a deficiência mental.

Os resultados também sugerem que os educadores ainda encontram-se impregnados pela visão das escolas especiais em detrimento da Educação Inclusiva. Percebe-se que, ao atribuir a deficiência a fatores biológicos e ao indivíduo, os próprios educadores estão dificultando sua ação, já que os fatores sociais e a importância do ambiente, despercebidos pela grande maioria dos professores do serviço, constituem-se como características fundamentais à compreensão da deficiência e, como grandes espaços a serem realizadas reeducações e intervenções.

Pesquisas como esta, contribuem para que novos esforços sejam dispendidos no sentido da construção de práticas pedagógicas educacionais verdadeiramente inclusivas. Práticas que percebam o deficiente mental não enquanto um rótulo, mas enquanto indivíduo. Práticas pedagógicas que utilizem estratégias diferenciadas a fim de atender essa população diferente; tão diferente quanto qualquer ser humano em suas idiosincrasias, potencialidades e limitações.

Referências Bibliográficas

FIERRO, A. Os alunos com deficiência mental. In: COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALACIOS, J. (Eds). **Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** Porto Alegre: Artmed, 2004. p.193-214.

SILVA, N. L. P.; DESSEN, M. A. Deficiência mental e família: implicações para o desenvolvimento da criança. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, vol. 17, n.2, p. 133-141, mai/ago. 2001.

Bolsa: NÚCLEO DE ENSINO